

## REUNIÃO CORHI – 20-03-11

**Presentes:** Walter Tesch, Coordenador de Recursos Hídricos – SSRH; Alexandre Liazzi e Eliseu Ayabe da SSRH/DAEE; Eneida Zanella da CETESB; Nerea Massini da CPLA; Laura Stela N. Perez, Flavia B. Rodrigues, Tiago Carvalho F. Rocha, Mauricio Brandão, Caio Zaplana, Vagnolia Macedo, Neusa Fornasier, da Coordenadoria de Recursos Hídricos.

**Walter** iniciou a reunião citando os representantes das entidades membros do CORHI presentes, e passou a falar sobre a pauta a ser discutida.

### **Pauta:**

- 1) Apreciação da Ata da reunião de 01/03/11
- 2) Agenda CRH 2011 (conteúdo, documentos e encaminhamentos dos aspectos contraditórios)
- 3) Reflexão sobre o perfil dos projetos CORHI 2011
- 4) Estado da Arte do Plano Estadual de Recursos Hídricos e articulação PPA.

1) Consultados os membros do CORHI presentes, a ata da reunião de 01/03/11 foi aprovada por unanimidade. Quanto aos encaminhamentos dessa reunião CORHI, **Walter** informou que recebeu as respostas e os assuntos estão sendo devidamente resolvidos. Com referência ao encaminhamento do Decreto que altera alguns dos itens do Decreto anterior, nº 56.635 de 01 de janeiro de 2011, e entre eles propõe a substituição das duas secretarias Casa Civil e Fazenda pelas secretarias da Energia e do Desenvolvimento Metropolitano, **Walter** esclareceu que a questão política entre as mesmas já foi resolvida, após conversações, e que as novas terão representação no Conselho do CRH em substituição à Casa Civil e Secretaria da Fazenda.

2) Em seguida, **Walter** solicitou à **Flavia** que falasse sobre os pontos da pauta da próxima reunião do CRH.

a) **Flavia** lembrou que haverá a posse dos novos conselheiros, dos segmentos Estado e Municípios e informou que já temos a composição completa do segmento Estado, titulares e suplentes. Quanto ao segmento Municípios, informou que os prefeitos ainda estão sendo eleitos nas reuniões dos comitês de bacia, que vão acontecer até o dia 31 de março, e que devemos ter os nomes que ainda estão faltando para a composição deste segmento até o dia 01/03, lembrando que o último dia para a convocação regimental será no dia 04 de março.

**Eliseu** ponderou que, por causa de duas ou três indicações não informadas a tempo a reunião do CRH poderia ser inviabilizada pelo prazo regimental e perguntou se os convites aos retardatários não poderiam ser enviados assim que informados seus nomes, embora depois do prazo. **Flavia** informou que todos os envolvidos nesse processo estão cientes da agilidade que será necessária para cumprirmos esse prazo e acredita que não haverá problemas. Caso falte algum nome, esse plano B sugerido poderá ser utilizado. **Eliseu** perguntou à respeito do segmento Estado e foi informado que foi enviado ofício a todos os novos secretários, que já indicaram seus suplentes. Sendo assim o quadro para o segmento Estado está completo.

b) Em seguida, foi colocada para apreciação a Ata da reunião do CRH de 15/12/10. Quanto à apresentação da **Rosa Mancini** sobre as realizações da CRHi nos últimos quatro anos, **Laura** informou que foi entregue aos presentes um exemplar da “Política Estadual de Recursos Hídricos: Histórico e Perspectivas” um CD do Relatório de Situação, e o planejamento de cada departamento da CRHi. **Walter** colocou que uma das preocupações é que a Sociedade Civil receba os documentos que serão discutidos na reunião do CRH com antecedência, para que eles possam discutir os temas antes da reunião, e a **Flavia** informou que os membros da Sociedade Civil recebem esses documentos 15 dias antes da reunião, como todos os conselheiros. Esclareceu ainda o procedimento: segue a convocação em papel, os documentos são enviados por e-mail e automaticamente disponibilizados no SIGRH, e no dia da reunião recebem o material completo impresso. Com relação à Moção CRH nº 6: Procedimentos para atualização do Plano Estadual dos Recursos Hídricos – PERH e respectivo cronograma, **Walter** perguntou se não seria bom convocar a Sociedade Civil para conversar antes da reunião CRH do dia 19 de abril. **Laura** respondeu que os representantes da Sociedade Civil queriam atrapalhar qualquer colocação naquela reunião e para cada assunto eles criaram uma dificuldade, estando dispostos a aprovar nada. A intenção com essa Deliberação foi aprovar um cronograma de trabalho para dar continuidade ao PERH em 2011, bem como ter uma deliberação para aprovar o programa de trabalho da CRHi para 2011. A Sociedade Civil não foi favorável a essas proposições e então quis substituir as propostas de deliberação por uma moção, para dizer que alguma coisa foi feita, porque a idéia era fazer nada. **Walter** perguntou se este tema estava superado e **Eneida** respondeu que seria necessário ter certeza que esta situação criada pela Sociedade Civil estava de fato superada, para não ter novas surpresas nas reuniões futuras. **Laura** esclareceu que a proposta é fazer a apresentação do plano de trabalho daqui pra frente, não precisa ser necessariamente uma deliberação. Em função da parada de três meses houve uma porção de reajustes no planejamento, e esta apresentação seria um informe de como estamos andando.

**Liazi** disse que, o que foi colocado é que não haveria necessidade de uma deliberação para falar sobre o Programa, pois este era fruto de um contrato, que já definia quais seriam as etapas. Sendo assim, não seria uma deliberação do Conselho que iria alterar as etapas do contrato, e por isso, a transformação da deliberação em moção, dizendo que o Conselho apoiava o encaminhamento.

**Laura** fez uma ressalva à Ata, com referência ao parágrafo onde a conselheira **Anicia Ap. Baptistelo Pio** agradece pede desculpas à **Laura**: “pelo sofrimento que foi realizar uma reunião para analisar e discutir os estudos de fundamentação de seis comitês de bacia em um único dia, o que é humanamente impossível”. **Laura** esclarece que foram seis exaustivos meses de reuniões para discutirem as propostas e chegarem àquelas conclusões apresentadas na reunião de 15 de dezembro. Essa reunião citada, foi para se discutir os ajustes, para checar se eles tinham sido feitos. Na verdade, completou-se nove meses de discussão dessas propostas e essa frase na Ata de 15/12/10 passa uma impressão meio equivocada. É preciso esclarecer que a manifestação da **Anicia** deu-se antes da apresentação e explicação detalhada das seis deliberações, pois a rejeição dessas deliberações aconteceu juntamente com todas as outras, sem que houvesse oportunidade para qualquer explanação. Quando o Secretário **Pedro Ubiratan** solicitou que a **Laura** fizesse a explanação das seis deliberações e esclarecesse as dúvidas, a quase totalidade dos conselheiros da Sociedade Civil já havia se retirado. Sendo assim, foi solicitado à **Laura** que fizesse uma alteração naquela frase da ATA de 15/12/10 e encaminhasse à **Flavia** para efetuar a devida correção. Outra observação com referência à Ata

foi para corrigir a numeração das linhas que apresentava erros. Com essas observações, a Ata foi aprovada para ser enviada aos conselheiros.

c) Quanto aos informes da Secretaria Executiva, **Walter** disse que iniciaria dando os informes gerais e em seguida daria a palavra aos coordenadores das Câmaras Técnicas, para que em 3 minutos falassem sobre seus trabalhos efetuados anteriormente e quais serão suas perspectivas para 2011. **Liazi** informou que numa reunião realizada dias atrás foram elencados os pontos de trabalho, resgate dos que já tinham sido colocados pelo próprio Conselho, e que a CTPlan já tinha a posição do caminho a seguir. **Walter** disse que a idéia é enfatizar a importância dessas Câmaras como suportes, subsídios, para as decisões que são tomadas e assim cheguem bem consolidadas, fundamentadas no Conselho.

**Walter** colocou que gostaria de discutir com os presentes, outro item do informes da Secretaria Executiva. Disse que está sendo discutida a possibilidade de se transmitir os trabalhos do Conselho pela TVWeb, para que fiquem registrados as intervenções de conteúdo, a pedagogia, o conceito do que é a questão dos Recursos Hídricos e a Política Estadual de RH e os membros de outros conselhos possam acessar as informações do sistema. Colocou como exemplo, para ser apresentado ainda no item informes, um balanço dos projetos FEHIDRO 2010, que estão em vias de serem assinados: a conceituação desses projetos, a relação dos mesmos com o fortalecimento do sistema, como eles se articulam com os planos de bacia; apresentar numa planilha quantos são, quantos estão em cada bacia, qual o recurso investido gerando trabalho e renda e desenvolvimento local, com a idéia de fortalecer e valorizar os projetos no informes; e como estamos trabalhando em 2011, já com a previsão do Prêmio FEHIDRO que será concretizado na próxima reunião do COFEHIDRO.

**Walter** colocou ainda, que a outra questão seria valorizar o Plano Estadual de Recursos Hídricos – PERH com a idéia da transversalidade, o que se está fazendo, o que avançou, que conversações estão sendo feitas com os vários setores envolvidos nesse processo. Disse também, que será importante falar da cobrança, tema sempre presente nas discussões. **Laura** sugeriu que se fizesse um balanço sobre a cobrança em 2010, quanto se arrecadou, pois o CRH acaba não tendo essa informação. **Eliseu** enfatizou a idéia de ser feito um balanço sobre a cobrança informando não só o que se arrecadou, mas também quanto se distribuiu, quais comitês já estão efetivamente cobrando, quantos comitês estão aguardando para iniciar a cobrança. **Eliseu** somente alertou para o tempo que seria dado para cada explanação desta pauta. **Liazi** colocou que seria importante, quando se falar na cobrança, que o ideal é enfatizar o quanto a cobrança evoluiu em relação ao nº de projetos que conseguiu conquistar e quais os tipos de projeto. Para exemplificar, **Eneida** disse que a cobrança no PCJ tem ótima receptividade, tem só 3% de inadimplência e vários projetos de destaque têm sido implantados com esse recurso. As pessoas de todos os segmentos foram trazidas aos poucos para esse processo e aprovam a aplicação desse instrumento. Disse que agora estão fazendo uma revisão de valores, de parâmetros, em função do tempo que já estão caminhando. Foi colocada novamente a questão do tempo que seria disponibilizado para os coordenadores das Câmaras Técnicas e **Walter** esclareceu que dar-lhes esse tempo seria uma forma de prestigiá-los e aos seus trabalhos, o que já foi realizado e o que está planejado para 2011. **Liazi** propôs que a explanação de cada coordenador de Câmara Técnica fosse enviada para o **Walter**, e ele faria a apresentação de cada uma delas no lugar dos coordenadores. **Eliseu** sugeriu ainda, que fosse disponibilizado um tempo para o PCJ falar sobre a sua experiência com a cobrança, por serem os pioneiros e terem desenvolvido de maneira satisfatória esse instrumento. Mas ponderou-se que se fosse chamado o PCJ seria necessário chamar os outros comitês que também utilizam esse instrumento.

**Walter** perguntou se assim poderia fechar os informes, lembrando que esta reunião do CRH é a primeira desta gestão e por isso muito significativa. Foi consenso que os itens apresentados pô ele para compor os informes eram apropriados. Somente foi sugerido que seria importante ele entrar em contato com os secretários de SSRH e da SMA e verificar se existe algum assunto de interesse dos mesmos a ser tratado na reunião. Foi ainda colocado, que possivelmente os contratos FEHIDRO serão assinados nesse mesmo dia da reunião do CRH, em outro horário e em outro local do Palácio.

**d) Deliberações:**

- **Aprova a minuta do Decreto que altera a composição e adapta o CRH e o CORHI, em face do Decreto nº 56.635, de 01 de janeiro de 2011.**

**Walter** informou que o Decreto já foi analisado pela SSRH, pela CT-AJ da SMA e já voltou para SSRH, com poucas observações. Foi esclarecido que as duas novas secretarias que farão parte do CRH, Energia e Desenvolvimento Metropolitano, serão convidadas, mas ainda sem direito a voto e Casa Civil e Fazenda serão convidadas ainda com direito a voto.

- **Dispõe sobre os percentuais para repartição dos recursos do FEHIDRO, referentes ao ano de 2011, entre os colegiados do SIGRH.**

**Walter** informou que foram enviados os índices percentuais a todos os comitês para que fossem analisados e o **Tiago** recebeu quatro respostas até o momento: PARDO, TJ, TB e TG. Dessas quatro, as respostas do PARDO, TJ e TB foram relativas à pontuação da cobrança. Os dois primeiros foram reconsiderados, porque embora eles não tenham encaminhado a Deliberação para a CRHi, esta foi publicada no DO antes do dia 31/12/10. Sendo assim, os cronogramas destes comitês foram analisados como atendidos, cumpridos. Quanto ao TB, foi deliberado um novo cronograma, que eles não nos enviaram, mas, este foi analisado e considerado não atendido, permanecendo assim a mesma pontuação. Quanto ao TG houve apenas questionamento relativo aos critérios utilizados para a pontuação, sobre os quais não cabia fazer uma análise no momento, mas foi colocado que este assunto será pauta de discussão no CORHI em 2011. **Tiago** esclareceu ainda, que foram modificados dois pontos para os comitês PARDO e TJ, que de 3,5 foram para 7 pontos. Estes resultados foram encaminhados para a CTPlan e apresentados na sua última reunião. Alguns comitês mudaram um pouco a pontuação, principalmente quanto à carga remanescente, observados os critérios de pontuação que devem ser revistos este ano.

Em seguida, **Liazi** esclareceu que a discussão na CTPlan foi para verificar se as aplicações da metodologia estão sendo feitas adequadamente. Esclareceu que a Câmara não tem que discutir e aplicar a metodologia, que já foi aprovada por deliberação no CRH, ela somente valida a mesma. Sendo assim, foi apresentada a metodologia, como foram levantados os dados, e a grande diferença foi o PCJ que apresentou uma proposta de enquadramento, que é o grande diferencial desses índices aplicados agora em 2011, em relação a 2010. Foi esclarecido também, que as alterações efetuadas já foram consideradas nesta planilha, anexo 1, da deliberação que será avaliada na próxima reunião do CRH.

- **Prorroga a validade da Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.**

**Laura** colocou que deveria constar na ementa que a Deliberação CRH nº 123 - Ad referendum referenda a Deliberação CRH nº 90, que já foi publicada, pois o Conselho vai referendar a Deliberação CRH nº 123 – Ad referendum, o que é diferente de passar pelo Conselho pela 1ª vez. Esta proposta está sendo feita porque a

validade da Deliberação CRH nº 90 encerrou em 31/12/10 e assim ficou descoberta até o momento. **Laura** disse ainda, que foi proposto pela CTCob que se fizesse a revisão da Deliberação CRH nº 90, em cima da hora, para que fosse apresentada na reunião do CRH, com a intenção de derrubar a proposta do X13 dos comitês que o pleiteiam. Então, está sendo proposta esta Deliberação nº 123 – Ad referendum, com o compromisso de reavaliar a deliberação CRH nº 90 na seqüência.

• **Referenda deliberações dos CBHs que aprovam as propostas para implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de S.Paulo nas UGRHs: BPG, Mogi, Pardo, RB, SMG e SM.**

Foi esclarecido que o tema X13 ainda não foi equacionado com a FIESP e SABESP, que aprovam as deliberações dos comitês desde que o índice do X13 seja 1, embora os comitês continuem mantendo seu posicionamento. Ficou então acertado, que vai ser apresentado um parecer da CTCob, na reunião do CRH, no momento em que os comitês fizerem a defesa do X13 que eles definiram. Laura apresentou alguns pontos importantes sobre este assunto, discutidos nas reuniões da CTCob:

- este ponto referente ao X13 é importante para determinada bacia, portanto é preciso que se chame a atenção sobre ele;
- isto já vem sendo discutido há nove meses na CTCob e os comitês disseram que se for para diminuir o coeficiente eles desistem da implantação da cobrança;
- existem três comitês (SM, BPG e RB) que não abrem mão do X13 e têm justificativas: porque já é uma bacia crítica, porque é determinada sub-bacia da UGRH, que é bacia crítica também;
- haverá um encaminhamento da CTCob, que será apresentado na reunião do CRH: que o coeficiente X13 seja adotado como 1, até que essa transposição exista e seja conversada entre os comitês;
- foi deixada a decisão para o CRH sobre o X13, porque depois de incessantes reuniões da CTCob não se chegou a um consenso sobre o assunto;
- o consenso na CTCob foi que, assim que for assinada a deliberação ou o decreto, dá-se início às discussões sobre a transposição entre as bacias.

**Liazi** colocou que, como essa cobrança ainda não existe, é um acontecimento futuro, esse coeficiente deverá ser 1 e depois, quando a cobrança (transposição) já estiver acontecendo, se faça uma discussão sobre que coeficiente deverá ser aplicado. E lembrou que, quando se fala em UGRH, que acredita que a água lhe pertence, fala-se em partes do Estado, e a água é de domínio estadual. Portanto, o Estado é quem deve conduzir essa discussão, não a UGRH. Sendo assim, chegou-se à conclusão que essa discussão será permanente, porque esse é um processo conflituoso de distribuição de renda.

Em seguida, **Nerea** informou que na mesma data da reunião do CRH, 19/04/11, às 15 horas, o secretário do Meio Ambiente marcou uma reunião de trabalho com outros três secretários: de Saneamento e Recursos Hídricos, de Energia e de Desenvolvimento Metropolitano, para discutir soluções de gestão de resíduos sólidos para as regiões metropolitanas. Mas lembrou que todos eles são conselheiros e estarão presentes na reunião do CRH. Ficou então acordado que haveria uma conversa com o secretário do Meio Ambiente ou com o adjunto para apresentar a pauta da reunião do CRH e fazer a sugestão para que essa reunião de trabalho seja adiada, ou mesmo que acontecesse mais tarde, no próprio dia 19/04, pois há o entendimento que a reunião do CRH seja mais importante. **Laura** lembrou que é difícil a reunião do CRH começar às 14 horas, pois é necessário haver quorum para a o início da reunião.

### 3) Reflexão sobre o perfil dos projetos CORHI 2011.

**Walter** sugeriu que as entidades que compõem o CORHI (CETESB, DAEE, CPLA) fizessem uma análise dos projetos que foram apresentados, que são de interesse geral e focassem as prioridades a serem trabalhadas. Foi esclarecido que os projetos CORHI só podem ser apresentados pelas entidades básicas do CORHI e se alguma entidade quiser apresentar um projeto e não for membro do CORHI, ela deverá ter o patrocínio de uma entidade básica do CORHI para apresentar seu projeto.

#### Sobre a composição dos diversos sistemas de informação

Sabe-se que cada entidade tem o seu sistema de informação: Sistema SIBH (que fala dos indicadores) e de outorga do DAEE, Data GEO da CPLA, SIGRH da CRHi, e que não é necessário existir um só sistema para todas as entidades, porque cada uma delas tem o seu interesse. Mas esses sistemas precisam conversar entre si, trocar informações. No momento, existe uma conversa entre CRHi e DAEE no sentido de unir as informações dos seus sistemas e assim facilitar a conversa entre eles. Foi levantado que alguns grupos já vêm conversando sobre os sistemas de informação das diversas entidades e que há a necessidade de se resgatar essas conversações e objetivamente dar andamento a elas. **Laura** colocou que independente de qualquer passado, agora é necessário se determinar como serão tratados os projetos CORHI neste ano, e então, valeria as entidades se reunirem, e se o foco são os sistemas de informação, já começar a formatar o projeto CORHI deste ano com o objetivo voltado para eles. Foi então proposta uma reunião específica das entidades do CORHI para que as informações de cada uma delas sejam niveladas e definidas as diretrizes. **Laura** lembrou, que poderiam ser resgatados também os projetos de enquadramento que foram financiados pelo FEHIDRO, para os quais foi desenvolvido um sistema, com base digital para enquadramento, e que no momento é um banco de dados vazio, não tem conteúdo. Sendo assim, seria interessante colocar este assunto também na conversa.

### 4) Estado da Arte do Plano Estadual de Recursos Hídricos e articulação PPA.

**Walter** informou que houve uma reunião com a **Vanessa** da Fundação Cristiano Rosa, para conversar sobre o andamento e conclusão do PERH, e fazer os ajustes do PERH com o PPA, e também, que a conversa com os secretários envolvidos no processo já teve início para os afinamentos necessários. Para finalizar este processo, irá uma equipe da SSRH conversar com cada secretário/interlocutor, quando serão apresentadas as ações e compromissos de cada secretaria. **Walter** colocou ainda, a intenção de partilhar esses resultados com a Sociedade Civil, se possível antes da reunião do CRH, pois as demandas e todos os compromissos pactuados no PERH estão relacionados com os compromissos da Política Estadual de Recursos Hídricos e a Sociedade Civil precisa conhecer e observar se esses pactos serão cumpridos.

Foi proposto que os próximos movimentos para finalização do PERH sejam colocados num cronograma, para que em tempo hábil as ações do PERH sejam contempladas no PPA:

- utilizar duas semanas para fazer as reuniões com as secretarias (até 15 de abril). **Tiago** lembrou que a reunião com os secretários é uma primeira etapa das conversações, e que depois será necessária a conversa entre os técnicos de todas as entidades envolvidas na elaboração do Plano, para trabalhar com os dados e compromissos pactuados, pois muitas informações chegaram imprecisas e necessitam de ajustes. A idéia é que estes ajustes, com os secretários e com os técnicos, sejam efetuados até o final de abril.

- na seqüência, realizar as Oficinas Regionais (2ª quinzena de maio) com os comitês, para levantar os compromissos regionais e desabilitar aqueles compromissos muito locais. **Laura** colocou que os próprios comitês demonstraram interesse em conversar entre si, porque nunca fizeram isso.

**Liazi** lembrou que a data para finalização do PPA é 30 de abril próximo e que as ações e compromissos elencados junto às secretárias já deverão estar contemplados no PPA até esta data. Disse que há muito se trabalha para a conciliação das ações PERH com o PPA, o que não acontece e inviabiliza as ações, porque as mesmas não têm recurso destinado a elas.

Foi colocada a questão, se daria para estimar quantas dessas ações estão relacionadas às duas secretarias estratégicas, MA e SSRH. **Laura** explicou que estão sendo fechados kits, dos compromissos de cada secretaria, e que foram comparados os compromissos assumidos no ano passado com os “medalhões” deste ano, que basicamente continuam os mesmos. Na verdade, os compromissos das secretarias de Estado nada mais são do que os Programas que lhe são inerentes, que são as suas atribuições de base. Sendo assim, dificilmente isso vai se distanciar do PPA. A importância é que eles tenham essa consciência, e por isso a idéia de fechar as conversações com os secretários e técnicos até a penúltima semana de abril, para exatamente coincidir com a montagem do PPA. O que aconteceu depois da primeira conversa com os secretários é que as planilhas com os dados para a montagem do PERH foram preenchidas equivocadamente, sem o entendimento do que realmente é retorno para recursos hídricos e o que é investimento, digamos, secundário. **Tiago** colocou que nessa primeira semana a idéia é conversar com as secretarias do Meio Ambiente e de Saneamento e Recursos Hídricos e com os órgãos que as integram, pois aproximadamente 70% das demandas se concentram nessas duas secretarias.

**Walter** encerrou a reunião e informou que não tem uma data prevista para a próxima reunião do CORHI.